

# Conselho Municipal de Políticas Culturais

Lei n 3.207 de 20 de dezembro de 1999

"Tatuí - Cidade Ternura, Capital da Música e Terra dos Doces Caseiros"

Ata da terceira reunião ordinária de março de 2021 do Conselho Municipal de Políticas Culturais, realizada no dia 29 do mês de abril de 2021 as 18h, em ambiente virtual, pela plataforma Zoom onde fizeram-se presentes 22 representantes do conselho: Adriana Afonso Oliveira, do Teatro, Ana Cristina Silva Machado, do Balletatro Fred Astaire, Arlindo Valeriano de Barros Neto, do Coletivo Pé Vermeio, Beatriz Felix, do Instituto Cultural Amadeus, Cassiano Sinisgalli, Secretário de Esporte, Cultura, Turismo, Lazer e Juventude de Tatuí, César Augusto de Araújo, do Conselho Municipal de Turismo, Cristiano Guimarães de Camargo, do Conservatório de Tatuí, Cristiano Mota, representante da Imprensa, Davison Cardoso Pinheiro, da AMART, Doniran Mariano de Barros, Associação Casa Unimed de Ações Sociais, Jean Vinícios Sebastião, representante do Departamento de Turismo, José Marcos Pavaneli, do Movimento Popular Práxis, Josimara Lopes Araújo Silva, da Secretaria de Educação, Luís Antônio Galhego Fernandes, da FATEC Tatuí, Márcia Cristina da Silva Arroio, do Lar Donato Flores, Moacir Edson Silveira, da Associação Comercial de Tatuí, Priscila Carla Simões, da Praça CEU das Artes, Rogério Donisete Leite de Almeida, do Museu Histórico Paulo Setúbal, Rose Tureck, do Atores em Conserva, Sérgio Donizeti Antunes de Moraes, da Associação dos Artesões de Tatuí, Úrsula Virgínia Pereira, do SESI Tatuí e Vladimir de Lima Ferreira, da Loja Maçônica Abolição. Uma conselheira suplente: Selma Pineda, do Conselho de Turismo. Também registrou-se a presença de 5 representantes da comunidade, não conselheiros: Ana Laura Theotônio, Carmen Negrão, Eduardo Caetano Guedes, Jaquie Rodrigues Livino de Carvalho e Simone Pavanelli. Após termos atingido o quórum mínimo para início dos trabalhos às 18h20min o presidente Davison, agradece a presença de todos e informa que na reunião passada a ata não foi votada e dessa forma pede que o conselho faça a votação das duas últimas neste início. As duas atas, de fevereiro e março foram votadas e aprovadas por unanimidade, com a sugestão de discriminar a quantidade de conselheiros, suplentes e convidados para que seja possível a fácil identificação se o quórum mínimo foi atingido. Marcos sugere que seja alterado o regimento interno para que o quórum mínimo seja de 30% para viabilizar a reunião pois sempre precisamos aguardar a chegada de um número grande de membros e hoje esperamos 20 minutos para aguardar a reunião. Fica para a pauta da próxima reunião a votação desta alteração do regimento. O primeiro item da pauta, que trata da apresentação, pelo grupo de trabalho, do estudo da lei de fomento, Marcos Pavanelli informa que o grupo ainda está estudando e que seria interessante ter a visão de outros segmentos artísticos para auxiliar na escrita. Salienta o quanto é importante é significativa a verba pública para as artes, segundo a experiência vivida em São Paulo Capital. Marcos se propõe a encaminhar o material para todos via grupo de whats app para que possam contribuir ainda nessa fase de estudos, porém fica resolvido que esta atividade de estudo e elaboração da proposta será realizada pelo grupo de trabalho definido para este fim. A sugestão proposta é que seja criada uma agenda para o grupo de forma que as tarefas possa ser realizadas, dada a importância

45 do tema. Marcos pensa que é importante o debate principalmente sobre a prestação  
46 de contas. Rogério coloca sobre 3 fases da lei de fomento à cultura. Primeiro: criação  
47 da lei, faz a base e vai para a câmara que irá passar pelas comissões para as análises  
48 dos vereadores. A lei vem da base do orçamento. A questão seria de onde sairá esta a  
49 verba para financiamento da cultura. Segundo: a regulamentação da lei, com esta  
50 detalhada. Terceiro – referente aos editais. Quanto maior o número de editais do  
51 município, maior a verba necessária, inclusive para os pareceristas. Sugere reunião do  
52 grupo de trabalho para a semana que vem, para avaliar o que o grupo já tem no  
53 presente momento. Neto se coloca à disposição para auxiliar na questão da lei de  
54 fomento pois seu coletivo está estudando bastante este tema. Diz ainda que o  
55 problema do horário é um problema e o presidente já traz este tema de pauta para a  
56 discussão. Rogério coloca que desde 2009 já foi mudado várias vezes de dia e horário,  
57 sendo este um tema delicado, pois quarta, quinta e sexta são os dias de realização das  
58 ações da classe artística e cultural. Deixar pra mais tarde também afeta tanto a  
59 organização dos eventos artístico-culturais, bem como as aulas, pois vários são  
60 professores. Neto coloca que iniciar pelo menos às 18h30min. Adriana reforça que  
61 devemos ir pela maioria e coloca que ela dá aula de segunda-feira à noite. Os  
62 conselheiros decidem por votação eletrônica, com as opções de segundas às 19h,  
63 19h30min e quintas às 19h. Davison coloca em pauta o tema das ZEICT e afirma que  
64 estará oferecendo um curso sobre a nova legislação de medição acústica para os fiscais  
65 e interessados em atender a legislação, a saber as prefeituras e órgãos afins para  
66 participar. Está convesando com o CONDEMA de Tatuí para a compra de equipamentos  
67 de medição com verba desse conselho de defesa do meio ambiente. Esta ZEICT existe  
68 no plano de cultura, no plano de turismo e no plano diretor, mas precisa ser  
69 regulamentada, de forma que possa haver execução de eventos musicais, culturais e  
70 turísticos, sem conflitos urbanos que hoje existem, aproveitando a vocação econômica  
71 do município, com legislação, equipamentos, capacitação, normas construtivas e  
72 estrutura que apoiem essas ações. Pretende organizar um congresso nacional para  
73 discutir este tema e que deverá colocar Tatuí como estudo de caso para outros  
74 municípios que tenham o mesmo problema que o nosso, uma vez que temos essa  
75 vocação turística muito em função da cultura e música. Dando sequência na pauta,  
76 sobre a questão de disponibilizar o conteúdo discutido no conselho dando  
77 conhecimento à comunidade dos assuntos tratados nas reuniões. Coloca sobre a  
78 disponibilização das imagens de cada conselheiro nas redes e o possível desconforto que  
79 alguns poderiam sentir nessa exposição. Rogério fala que as vezes, quem não está  
80 inserido no contexto pode tirar conclusões erradas e recomenda fazer como o  
81 Conselho de Patrimônio, que elabora uma matéria e disponibiliza nas mídias, ficando  
82 as atas à disposição de todos os conselheiros em um google drive ou outro espaço  
83 pertinente. Claro que a ata também pode ser disponibilizada na íntegra nas redes  
84 sociais mas vê com preocupação a disponibilização do vídeo com as imagens. Acredita  
85 ter sido em outubro do ano passado que esta discussão aconteceu no conselho de  
86 cultura. Neto afirma que a ata gerará menos incentivo para a leitura a quem não é do  
87 conselho. Todos nós do conselho já somos figuras públicas na cidade e não vê  
88 problemas nesta exposição pública. Jean pede a palavra reforçando a fala do Rogério,  
89 como é feito no conselho de turismo. Toda reunião é feita a ata e um release enviado  
90 à imprensa para dar visibilidade ao que é discutido no conselho. Há uma lei em Tatuí  
91 que fala que todos os conselhos devem ter sua ata no site da prefeitura. Diz que o setor

92 de comunicação da prefeitura está trabalhando para criar este link no site da  
93 prefeitura, para poder deixar disponível as atas, as listas de presença e os documentos  
94 oficiais. Sobre colocar os vídeos das reuniões em rede social, a ideia é interessante, só  
95 que as vezes alguém pode tirar uma fala de contexto e editar só o que interessa,  
96 criando distorções. Neto acredita no meio termo, pensando realmente no interesse da  
97 população. O vídeo da reunião pode ter mais efeito do que a ata. Ana concorda com o  
98 Neto e acredita que disponibilizar partes da informação pode gerar mais equívocos,  
99 sendo minimizada esta possibilidade ao disponibilizar a informação completa.  
100 Pergunta se há pessoa ou setor responsável para tornar público as informações. Luís  
101 coloca que as atas, para serem disponibilizadas precisariam passar pela aprovação do  
102 conselho, o que aconteceria no mês seguinte, atrasando a comunicação do que foi  
103 discutido, ponto principal da divulgação da reunião. Coloca ainda que vem trabalhando  
104 com o ensino online e grava as suas aulas, mas tem muitos professores que não se  
105 sentem confortáveis em fazer isso, por receio de má utilização da imagem, virando  
106 memes ou coisas piores. Reforça ainda que a disponibilização do vídeo das reuniões  
107 poderia ter esse inconveniente, lembrando que passamos a cada quatro anos por  
108 eleições municipais, e que, historicamente, nem sempre primam pela cordialidade,  
109 havendo conflitos as vezes pesados entre os candidatos. Para que parte da fala de um  
110 conselheiro fosse usada para prejudicar um lado ou outro, não acredita ser difícil de  
111 acontecer. Claro que pela divulgação da reunião completa o desmentido pode ser feito,  
112 mas também é provável que mil vejam o meme distorcido e duas pessoas vejam o  
113 desmentido, aí o estrago já está feito. Diz que não é seu voto, mas sim pontos para  
114 reflexão na hora do voto deste conselho sobre este tema. Marcos pede a palavra e não  
115 acredita deixar a ata pública seja um problema, mas acha inviável postar o vídeo  
116 completo da reunião. Se daria por satisfeito em publicar o release com os pontos mais  
117 importantes, sendo que se houver interesse em saber mais sobre algum tema ali  
118 discutido, procuraria a informação desejada, sem problemas. Davison coloca em  
119 votação sobre a inclusão do vídeo como material de divulgação. Todos votaram pela  
120 não inclusão do vídeo da reunião como material de divulgação das reuniões do  
121 conselho. Também nesse sentido foi aprovado que as informações sobre a reunião do  
122 conselho serão publicadas por meio de um release que será a pauta da reunião com os  
123 desdobramentos principais, de forma resumida. Este será passado para o setor de  
124 comunicação da prefeitura e para os jornais locais. Passando para outro assunto,  
125 Davison informa sobre o processo do inventário participativo que está sendo iniciado  
126 em Tatuí, sobre o Complexo São Martinho, envolvendo a Fábrica, casarão e todas as  
127 casas no entorno. Pede que o Luís Antônio fale sobre este processo. Luís Antônio com  
128 a palavra lembra a todos de assinarem o chat que vale como lista de presença. Luís  
129 explica sobre o inventário participativo e sobre as ações de preservação deste  
130 patrimônio que surgiram dentro do Condephat. Em visita em conjunto com o Júnior,  
131 da prefeitura e com a doutora Patrícia, os três estiveram visitando o casarão para  
132 conhecer e passar para o conselho as reais condições do mesmo. Este conselho tem  
133 discutido há tempos possibilidades de evitar a degradação maior deste precioso  
134 patrimônio da nossa cidade. Ele já é tombado no município e no estado, sendo agora  
135 solicitado pelo verador Eduardo Sallum o tombamento federal. Como resposta a este  
136 pedido, a Sônia Rampin, do IPHAN esteve em visita em conjunto com membros do  
137 conselho e da secretaria de cultura para avaliar da mesma forma os imóveis e  
138 entenderam ser importante a realização do inventário participativo. Em resumo se

139 trata do levantamento de informações acerca do bem em questão sobre memórias  
140 afetivas, histórias que demonstram sua importância para a população, além de toda a  
141 documentação formal e patrimonial, sendo esta de menor importância, dado o novo  
142 conceito de patrimônio, que está além do arquitetônico e sim do que realmente tem  
143 importância para a comunidade local. O conceito participativo vem da mobilização da  
144 comunidade para este levantamento. A compilação destas informações também pode  
145 ter formatos variados. Pode ser por texto, áudio, vídeo, animação, entre outros, de  
146 forma que toda essa informação seja agregada ao processo de tombamento federal.  
147 Informa ainda que o momento atual é de mobilização dos agentes que estarão atuando  
148 no inventário. Em paralelo a isso, fato sempre trazido pelo Eduardo Guedes, é a  
149 necessidade de pensarmos em um uso sustentável para o espaço, pois esta ação  
150 deverá ser pensada pelos munícipes e pessoas que se importam com o espaço, em  
151 busca da recuperação econômica principalmente deste patrimônio de forma que ele  
152 possa colaborar diretamente para o município. Rogério informa que o CONDEPHAT não  
153 participou deste processo inicialmente, tendo realmente partido da câmara, sendo que  
154 há pouco tempo o conselho foi comunicado sobre o inventário participativo e sobre o  
155 processo de tombamento federal. Davison agradece e dá por encerrada a ordem do  
156 dia e os temas da pauta, deixando a palavra agora para os conselheiros. Rogerio pede  
157 a palavra e informa que o grupo de trabalho da Lei Aldir Blanc, para os espaços culturais  
158 se reuniu no último dia 14 para analisar as prestações de contas. Relata que foi um  
159 trabalho árduo, tendo alguns espaços culturais entregado relatório com 458 páginas.  
160 Tudo foi auditado e analisado de forma minuciosa, sendo que este grupo conta com a  
161 presença dos conselheiros Adriana, Cassiano, Cristiano Guimarães e Galhego e estes  
162 podem também dar seu depoimento. A comissão solicitou que o resultado da análise  
163 ali realizada fosse preliminar, aprovado pelo jurídico da prefeitura que entendeu que,  
164 dentro do prazo de legal de 180 dias para apresentação final do relatório de prestação  
165 de contas, pode haver reavaliação, correção e ajustes do relatório apresentado,  
166 respeitando este prazo para entrega final do relatório de prestação de contas pelos  
167 espaços culturais. Informa que na próxima semana estará se reunindo para discutir  
168 estas questões sobre a prestação de contas, sendo que Tatuí conseguiu executar os  
169 100% da Lei Aldir Blanc do ano de 2020. Marcos se coloca para pensarmos em um  
170 auxílio emergencial para Tatuí sem contrapartida e como forma de prêmio. Incluir lei  
171 emergencial ampla para todos os cidadãos de Tatuí. Sugere que poderia ser utilizada a  
172 verba destinada para a feira do doce, uma vez que esta dificilmente poderá ser  
173 realizada, dada a pandemia. Davison informa que nós, como conselho, não podemos  
174 gerar custos para a prefeitura. Rogério enxerga que o conselho deveria fazer um  
175 documento solicitando este estudo pelo legislativo e que isso vire lei, pois não há  
176 nenhuma legislação similar em Tatuí. O executivo teria que negociar a forma de  
177 executar a lei, se esta fosse aprovada. Esse é o mesmo caminho que trilhou a Lei Aldir  
178 Blanc. Deveria enviar os documentos tanto para o presidente da câmara como para a  
179 prefeita. Ana Laura pergunta se poderá haver recadastramento dos artistas e como  
180 estão os projetos de lives e festivais online para que isto possa auxiliar os artistas que  
181 estão em necessidade. Como está sendo estruturado o grupo de elaboração da lei de  
182 fomento. Pergunta para o grupo de trabalho sobre as leis de fomento à cultura, se o  
183 grupo estará trabalhando nisso mesmo e se tem uma agenda. Davison explica sobre o  
184 funcionamento dos grupos de trabalho e esclarece que este tema já foi tratado no  
185 início da reunião. Sobre as lives e possibilidades de fomentar trabalhos para os artistas

186 esta seria feita com a verba que acabamos de discutir e que ainda não existe no  
187 município. Fala ainda que o tema da reabertura do cadastro era tema da pauta mas  
188 que acabou pulando. Retoma o tema e após discussão o conselho decide que estará  
189 enviando ofício para a secretaria de cultura solicitando a reabertura do cadastro de  
190 artistas. Rogério fala sobre as lives, que existe uma lei, de 2017, instaurando a semana  
191 municipal Paulo Setúbal que ocorre em agosto e estão tentando viabilizar esta  
192 possibilidade de editais para esta semana. Galhego pede a palavra e coloca que as  
193 questões trazidas pela Ana Laura, na última reunião são simbólicos, pois retratam  
194 exatamente os temas que estão nos dois grupos de trabalho do Conselho, a saber o de  
195 comunicação e o da lei de fomento cultural em Tatuí. Pede, portanto, empenho dos  
196 grupos de trabalho e adesão dos conselheiros para auxiliar nestas tarefas importantes.  
197 Galhego coloca ainda sobre o ponto levantado pela Ana Laura, na última reunião, que  
198 pedia um adiamento da Lei Aldir Blanc para que os artistas que não conseguiram  
199 realizar o projeto a tempo, pudessem ter tido um tempo maior e serem também  
200 premiados com a verba oriunda da lei. Acredita que, naquele momento a questão era  
201 a urgência, para que a verba realmente chegasse aos artistas que estavam realmente  
202 necessitados. Dentro desta lógica, acredita que adiar fugiria ao propósito geral da  
203 própria lei e prejudicaria todos os artistas que correram atrás. Assim como para este  
204 momento o não lançamento de uma nova lei Aldir Blanc para 2021 vai de encontro à  
205 prorrogação dos prazos da prestação de contas, podendo gerar uma “justificativa” que  
206 a primeira ainda está em andamento. Expõe também sobre o grupo de trabalho que  
207 auditou a prestação de contas, esta sim uma atividade burocrática, chamando a  
208 atenção da diferença entre trabalho administrativo e de gestão para o trabalho  
209 burocrático. Ressalta a qualidade e a organização dos relatórios de prestação de  
210 contas, demonstrando o bom serviço prestado pelo departamento de cultura e dos  
211 próprios espaços culturais. Tudo isso realça o bom trabalho realizado pela prefeitura  
212 na execução da Lei Aldir Blanc em Tatuí, pois, quem acompanha a ação de outras  
213 cidades da região sabe o caos que está acontecendo em alguns municípios. Acredita  
214 que os municípios que não executaram a Lei Aldir Blanc foi justamente porque a Lei  
215 trazia muitas questões em aberto, dúvidas, que gerou insegurança para municípios com  
216 uma estrutura com menos experiência ou capacitação, com medo de ter problemas  
217 administrativos em um futuro próximo. Reforça a qualidade da prestação de contas e  
218 dos relatórios e informa que teve espaços que não entregaram a prestação de contas  
219 e por isso o grupo pediu o adiamento, para evitar complicações para estes espaços que  
220 atrasaram. Davison agradece muito a presença de todos, a participação e a qualidade  
221 da discussão, pede especial empenho aos grupos de trabalho. Com o boa noite de  
222 todos a reunião é encerrada às 20h e eu, Luís Antônio Galhego Fernandes, subscrevi  
223 presente ata que tem a lista de presença realizada na plataforma digital do Zoom.